

Mais de 10.000 famílias de Luanda, a capital angolana, ficaram desalojadas após serem expulsas pela força de suas casas desde Julho de 2001. Estas expulsões foram efectuadas por agentes da polícia, soldados, funcionários municipais e guardas de segurança privada, utilizando muitas vezes força excessiva e armas de fogo. A polícia prendeu também em algumas ocasiões, e deteve brevemente, os que resistiram às expulsões, assim como membros da organização local de direitos de habitação, a SOS-Habitat, que estavam a tentar persuadir as autoridades a parar com as expulsões forçadas.

Poucas famílias foram compensadas pelas suas perdas. Algumas foram realojadas a cerca de 30 a 40 quilómetros da cidade, em áreas desprovidas de empregos, escolas, hospitais, serviços básicos e saneamento. Contudo, a grande maioria das famílias foram abandonadas à sua sorte. Muitas foram vítimas de expulsões forçadas repetidas e centenas de famílias continuam sem abrigo e a viver nas ruínas das suas antigas casas.

O final da guerra civil de 27 anos, em 2002, trouxe novas oportunidades de desenvolvimento e reconstrução, que vieram intensificar a procura de terrenos urbanos. Embora tenham ocorrido menos expulsões forçadas desde 2006, elas continuam a ser reportadas, tendo as mais recentes ocorrido nos bairros Iraque e Bagdade, em Luanda, onde vários milhares de pessoas poderão ter ficado desalojadas após as expulsões forçadas de Julho de 2009. A maior parte da população de Luanda, estimada em 4,5 milhões de habitantes, permanece em risco de perder as suas casas para dar lugar a projectos de habitação de topo de gama, escritórios e infra-estruturas.

